



SÃO PAULO TURISMO S.A.
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2007



Cód 49 – Produtor de Feiras e Eventos

1. Em se considerando espaços diversos pra realização de eventos tem-se que a segurança dos locais é fundamentada em normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, no que se refere a riscos de incêndio de qualquer natureza. Assim sendo, a prevenção é:
 - A) a elaboração de normas e leis que obriguem a aprovação de projetos de proteção contra incêndios, instalação dos equipamentos, testes adequados através de treinamento e exercícios práticos aeróbicos de brigadas de incêndio.
 - B) ao início do combate, quando não for possível evitar o surgimento do incêndio, preferencialmente devem ser adotadas medidas especiais de salvamento.
 - C) o conjunto de medidas que visam a evitar que os sinistros surjam, mas não havendo essa possibilidade, que sejam mantidos sob controle, evitando a propagação e facilitando o combate.
 - D) o treinamento e exercício prático de controle, salvamento de vidas, isolamento, confinamento, extinção e rescaldo do incêndio, tendo em vista as operações de proteção de salvados.

2. Os riscos de incêndios e acidentes derivados são chamados de "A", "B" e "C", ou seja, leve, médio e pesado, sendo determinados com base na "Tarifa Seguro Incêndio" do Instituto de Resseguros do Brasil. Assim, todo e qualquer espaço destinado à realização de eventos deverá apresentar um projeto de proteção contra esses danos a fim de que possam salvaguardar e assegurar seus patrimônios. O projeto de prevenção de incêndios é elaborado:
 - A) visando às barreiras para evitar propagação de um compartimento a outro, o controle da carga incêndio e a localização dos demais sistemas contra incêndios, além das placas de indicação, orientação e proibição normatizadas pelo CONTRAN – Conselho Nacional de Trânsito.
 - B) como o segundo passo a ser dado, depois da classificação das ocupações e a determinação dos tipos de sistemas e equipamentos a serem utilizados nos eventos; a partir daí devem ser pesquisadas as Normas Técnicas Brasileiras Oficiais para complemento do referido projeto.
 - C) a partir de consultas à prefeitura municipal, contemplando as exigências locais, contando com a proteção passiva (contenção da propagação vertical e horizontal) e ativa (equipamentos de combate) no interior de cada edificação.
 - D) juntamente com o projeto de arquitetura, levando em conta as distâncias para serem alcançadas as saídas, as escadas (largura, dimensionamento dos degraus, controle de fumaça, corrimãos, resistência ao fogo, etc), a combustibilidade e a resistência ao fogo das estruturas e materiais de acabamento, a vedação de aberturas entre outros.

3. Baseada na preservação do patrimônio, a NBR 9077, que normatiza as saídas de emergências em edificações:
 - A) fixa as condições exigíveis que as edificações devem possuir, a fim de que sua população possa abandoná-las, em caso de incêndio, completamente protegida em sua integridade física e para permitir o fácil acesso de auxílio externo (bombeiros) para o combate ao fogo e a retirada da população.
 - B) descreve a situação que deve ser apresentada permanentemente nos estacionamentos dessas edificações, de forma a não interferir ou impedir o acesso de veículos dos Corpos de Bombeiros.
 - C) descreve a sinalização adequada de todo o exterior das edificações e seus arredores, contribuindo para a potencialização das medidas de prevenção e proteção contra incêndios. Essas áreas podem, eventualmente, ser úteis para absorver a evacuação do prédio e a recepção de vítimas de grandes acidentes.
 - D) descreve o acesso dos veículos do serviço de extinção de incêndios facilitado para, pelo menos, duas fachadas opostas, onde possa permitir o estacionamento desses veículos próximos à edificação. As vias de aproximação dos Corpos de Bombeiros terão largura mínima de 3,1 metros e a altura livre de 5,0 metros.

4. Considerada a mais importante norma do setor elétrico, a ABNT NBR 5410, que trata de instalações elétricas de baixa tensão, foi revisada, cancelando e substituindo a versão lançada em 1997. A nova edição, concluída em 2004, incorpora a natural evolução tecnológica e as atualizações ocorridas principalmente na norma internacional utilizada como referência, a IEC 60364. Assim, a nova edição busca especificar com mais clareza:
 - A) as condições de manutenção trimestral das proteções contra sobretensões e perturbações climáticas.
 - B) as prescrições, tais como as tomadas fixas, que devem explicitamente ser do tipo com contato de aterramento.
 - C) a variação das correntes eletromagnéticas fixas e seus tipos de aterramento, interna e externamente às edificações específicas para realização de eventos.
 - D) a disposição dos circuitos e a análise de suas extensões e conexões externas, passíveis de desgaste acelerado em função das intempéries do clima local.

5. A Instrução Técnica e Norma que fixa as condições exigíveis que devem satisfazer o sistema de sinalização de emergência em edificações e áreas de risco, atendendo ao previsto no Decreto Estadual nº 46.076/01, é a:
- A) NBR 12693.
 - B) NBR 13434.
 - C) NBR 13435:1995.
 - D) Projeto de Norma ABNT 24:204.02-003 – jul:1999.
6. A NBR 13435 - Sinalização de segurança contra incêndio e pânico fixa condições mínimas exigíveis para dimensionamento, instalação e manutenção dos sistemas de combate a incêndio, principalmente:
- A) em locais onde exista norma específica, cujas prescrições contidas não impeçam o desenvolvimento de novas tecnologias ou métodos aplicáveis ao âmbito desta. A aprovação de novas tecnologias ou métodos devem ser emitidas pelo órgão competente.
 - B) a todo sistema a ser instalado, constando cálculos, dimensionamentos e desenhos dos sistemas de mangotinhos (tipo 1) e sistemas de hidrantes (tipos 2 e 3), conforme normas específicas para cada local onde o evento será realizado.
 - C) no que se refere aos documentos do memorial, bem como as alterações propostas e aprovadas que foram atestados pelo responsável técnico pela instalação dos sistemas.
 - D) no que se refere à aceitação, manuseio e as características dos componentes de sistemas de combate a incêndio, tais como hidrantes e mangotinhos para uso exclusivo de combate a incêndio em edificações com área construídas superior a 750 m² e/ou altura superior a 12 m.
7. Os eventos festivos, principalmente aqueles que atraem um número expressivo de expectadores, podem optar pela utilização de fogos de artifício para os efeitos visuais que despertem emoções. Assim, a Norma Técnica nº 8 foi criada para:
- A) agendar a apreciação do projeto de licenciamento do edifício ou recinto, adotado pelo projetista e submetido à aprovação da ANPC.
 - B) a adequação dos fogos de artifício aos ambientes nos locais definidos como equipamento urbano, e neles se incluem os bens públicos de utilidade pública.
 - C) definir o tempo de resposta exigido ao socorro e os meios humanos e materiais adequados ao combate a incêndios (grau de prontidão), para os edifícios e recintos das 3ª e 4ª categorias de risco, nos termos do Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE).
 - D) a adaptação correta dos ambientes internos e dos espaços mínimos necessários utilizados nas edificações para o uso de fogos de artifício de qualquer potência.
8. A NBR 9050 – Acessibilidade – visa dar subsídios para o atendimento das diferentes formas de deficiência (ambulatória, visual ou auditiva), permanentes ou temporárias, fazendo-se adaptar:
- A) os ambientes utilizados, como as residências, os locais de trabalho, hospitais, clínicas e consultórios, comércio, áreas de lazer e outros locais visitados regularmente, permitindo, além do direito de ir e vir e da garantia de igualdade, uma concepção moderna de abordar o tema deficiência, que é a tendência atual.
 - B) os móveis e equipamentos mais utilizados pelo usuário, adquirindo ao máximo a sua independência, definida como condição ideal padrão, recomendada pela Norma.
 - C) os ambientes de abrangência da deficiência ambulatória, que pode ser total, com o uso de cadeira de rodas, ou parcial, pessoas com dificuldade de locomoção, com uso ou não de próteses e aparelhos ortopédicos, permanentes ou temporários, como gestantes, idosos e outros.
 - D) os ambientes de abrangência ambulatória parcial – indivíduos que se locomovem com dificuldade ou insegurança, usando ou não aparelhos. Ao projetar os espaços, devemos pensar nas condições de acessibilidade a estes usuários, sendo mais específico, nos problemas de acessibilidade e utilização de equipamentos no caso dos usuários de cadeiras de rodas.
9. Conforme prescreve a legislação urbanística local, nenhum imóvel pode ser ocupado ou utilizado para instalação e funcionamento de atividades comerciais (entenda-se realização de eventos inclusive) sem prévia licença de funcionamento expedida pela Prefeitura. A municipalidade tem a obrigação de impedir que ocorra o mau uso da propriedade, resguardando a saúde, a segurança ou qualquer outro interesse público, que deve prevalecer sobre o interesse do particular. Esse poder-dever decorre de sua competência constitucional de ordenar e controlar o uso do solo urbano, de fazer valer as limitações administrativas em prol do bem-estar da população. Assim, entre outras coisas, tal legislação determina:
- A) o nível de transtorno mínimo permitido aos vizinhos e à população em geral.
 - B) os níveis de ruídos permitidos face as características das atividades; os níveis de segurança em relação à poluição ambiental e horários de funcionamento das atividades.
 - C) as atividades que poderão ocorrer em eventos abertos onde não haja a necessidade de alvará de funcionamento, mas que mobilizem o efetivo da Polícia Militar.
 - D) as coordenadas de atuação da Polícia Militar por áreas administrativas relativas às subprefeituras e em consonância com a fiscalização do evento pelo estado.
10. As comunicações oficiais devem permitir sempre uma única interpretação, o que exige linguagem adequada e elaborada de acordo com certos padrões. Na redação oficial algumas características são imprescindíveis tais como:

- A) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
 - B) formalidade, pessoalidade, moralidade, padrão culto de linguagem e concisão.
 - C) padrão culto de linguagem, noção gramatical aprimorada, informalidade e uniformidade.
 - D) impessoalidade, uso do padrão culto de linguagem, clareza, concisão, formalidade e uniformidade.
11. Des de 2003 existe na cidade uma lei que regulamenta a realização de qualquer evento público ou privado (Portaria 395/2003) que exige dos organizadores um alvará de autorização. O órgão responsável dá atenção especial à realização de eventos que concentrem grande quantidade de público. Todo e qualquer evento na cidade de São Paulo, portanto, tem base na Portaria 395, seja evento religioso, show de rock, casamento ou desfile de modas. Ele será realizado somente após diagnóstico feito pelos técnicos do:
- A) CONTRU – Conselho Municipal de Controle e Uso de Imóveis
 - B) CONTRU – Conselho de Controle Urbano
 - C) CONTRU – Departamento de Controle Urbano
 - D) CONTRU – Departamento de Controle do Uso de Imóveis
12. Realizar um evento com o alvará do CONTRU é um procedimento obrigatório e necessário, que envolve organização bem feita por parte da produção do evento, respeito aos prazos previstos na legislação e entrega dos documentos necessários, que são:
- A) documentos de identificação do responsável pelo evento; cópia do título de propriedade ou comprovante de posse; cópia do IPTU, quando não for área pública; cópia do termo de anuência do respectivo órgão, quando se tratar de área pública; cópia das peças gráficas descritivas necessárias à perfeita compreensão do pedido de alvará de autorização, entre outros.
 - B) documentos de identificação do responsável pelo evento; cópia do título de propriedade ou comprovante de posse; cópia do IPTU, quando for área pública; cópia do termo de anuência do respectivo órgão, quando não se tratar de área pública; cópia das peças gráficas descritivas necessárias à perfeita compreensão do pedido de Alvará de Autorização, entre outros.
 - C) documentos de identificação do divulgador do evento; cópia do título de propriedade particular ou comprovante de posse pública; cópia do IPTU, quando não for área pública; cópia do termo de anuência do respectivo órgão, quando se tratar de área privada; cópia das peças gráficas descritivas necessárias à perfeita compreensão do pedido de Alvará de Autorização, entre outros.
 - D) documentos de identificação do promotor do evento; cópia do título de propriedade pública ou comprovante de posse particular; cópia do IPTU, quando não for área pública; cópia do termo de anuência do respectivo órgão, quando se tratar de área pública; cópia das peças gráficas descritivas necessárias à perfeita compreensão do pedido de Alvará de Autorização, entre outros.
13. Práticas diretamente relativas à supervisão de cerimonial do evento, cerimonial e protocolo regem as relações e a civilidade entre as autoridades constituídas nos âmbitos jurídico, militar, eclesiástico, diplomático, universitário, privado e em todas as instâncias do poder público. No Brasil, são:
- A) certas formalidades em eventos oficiais, entre autoridades nacionais e estrangeiras; conjunto de formalidades de atos solenes e festas públicas.
 - B) as ordens hierárquica e cronológica que determinam normas de conduta dos governos e seus representantes em ocasiões oficiais ou particulares.
 - C) basicamente condutas norteadas por leis municipais, estaduais e federais que resguardam características culturais sob normas internacionais; sem esquecer, contudo, que, enquanto linguagem, são passíveis de transformação e atualização.
 - D) as precedências especiais, determinadas por tradição, história e aspectos legais.
14. Em relação a cerimonial e protocolo aplicados a eventos, tem-se que a formação de mesa com a cabeceira francesa é:
- A) utilizada quando o seu objetivo é homenagear alguém – anfitriões na cabeceira, com convidados especiais à sua direita.
 - B) é utilizada quando o objetivo primeiro da reunião é a interlocução entre o anfitrião e o Convidado Especial, à sua frente. Essa formação, predominantemente indicada para reuniões de negócios, pressupõe, também, a participação ativa de todos envolvidos.
 - C) utilizada para reuniões, almoços e jantares, podendo ser montados com ou sem definição de cabeceira.
 - D) caracterizada pela composição de mesa de honra, diretora ou de trabalho, na qual os lugares são determinados de acordo com a presidência da solenidade.

15. Dentro da ótica de classificação de eventos e de suas características, um congresso é:
- A) evento destinado à divulgação de experiências, pesquisas ou inovações tecnológicas em determinada área profissional, para discussão e debate sobre as possibilidades de sua aplicação prática. Caracteriza-se como evento prático e simples, de pequeno porte e curta duração, dirigido a público especializado e diretamente interessado no assunto.
 - B) uma programação centrada em determinada área de conhecimento, com o objetivo de atualização, divulgação ou transferência de conhecimentos científicos e novas técnicas. Pode ser definida como sendo reuniões promovidas por entidades associativas, visando a debater assuntos que interessem a um determinado segmento profissional.
 - C) a reunião do tipo clássico, preparada e conduzida por um coordenador, que pode ser denominado presidente, e atua como elemento moderador, orientando a discussão para que ela se mantenha sempre em torno do tema principal. Os participantes, em geral especialistas, apresentam os seus pontos de vista em torno do assunto em pauta, sendo-lhes destinado um tempo limite para exposição.
 - D) reunião fechada, promovida por entidades sociais, empresariais, por exemplo, do setor de vendas para expansão de mercado, ou políticas, que têm por objetivo deliberar sobre assuntos de interesse comum. Caracteriza-se como evento de pequeno ou médio porte.
16. Todo evento deve apresentar um estudo de viabilidade econômico-financeiro que detalhe estruturas, necessidades e cronograma de desenvolvimento, com o objetivo de alcançar rapidamente seu equilíbrio financeiro. Ao se visualizar o evento dentro de um panorama abrangente, analisam-se e planejam-se as receitas do evento, podendo-se considerar as fontes de custeio e elaborar estimativas de recursos que serão captados. Assim, as formas mais utilizadas pelo mercado para a captação de receitas são:
- A) patrocínio em cotas de participação, apoio empresarial, venda de estandes e espaços para colocação de banners.
 - B) patrocínio total e parcial, apoio organizacional, comercialização de áreas e espaços restritos, concessões de transmissão de redes de TV e doações públicas.
 - C) patrocínio total, co-patrocínio, apoio institucional, comercialização de áreas, doações, concessões de transmissão e auxílios governamentais.
 - D) patrocínio total e parcial, apoio organizacional, comercialização de áreas e espaços restritos, concessões de transmissão de redes de TV e doações privadas.
17. Com o advento de novas tecnologias e realidades o organizador de eventos depara-se, igualmente, com novos problemas que demandam, por sua vez, novas soluções. Muitas vezes esses problemas e suas respectivas soluções transitam nas esferas legais e vão exigir do organizador um conhecimento maior do que até então vinha sendo praticado. As questões legais, geralmente, envolvem o organizador, o local de realização do evento e o fornecedor. Assim, pela delicadeza da relação, os conhecimentos do organizador irão definir o caminho do sucesso ou fracasso do evento que está realizando. Dessa forma, celebra-se um acordo, com consideração legal suficiente, entre partes competentes, registrado sobre a forma de:
- A) contrato, baseado nos critérios básicos do consentimento mútuo para sua celebração, da clara definição das partes interessadas, da consideração de valores, do discernimento e da mutualidade de obrigações e direitos.
 - B) contrato definido entre as partes que estabeleça os direitos e concessões e fórum eleito para efeito de solução de divergências.
 - C) acordo escrito registrado em cartório de títulos e documentos, estabelecendo locais e datas, bem como seu prazo de validade.
 - D) contrato escrito, registrado em cartório de títulos e documentos, discernindo obrigações e direitos das partes interessadas e terceiros contratados.
18. Existem algumas diretrizes para a produção e elaboração de materiais promocionais que estejam divulgando o destino São Paulo por empresas particulares. Entre outras, regras de utilização correta das marcas podem ser encontradas em *Manual da Turismo São Paulo S/A*, descrevendo a disposição das logomarcas a serem utilizadas em material impresso, na seguinte ordem:
- A) prefeitura, SPTURIS, COMTUR, empresa particular.
 - B) empresa particular, Anhembi, COMTUR, SPTURIS e prefeitura.
 - C) empresa particular, COMTUR, SPTURIS e prefeitura.
 - D) Anhembi, empresa particular, COMTUR e prefeitura.

19. As marcas abaixo reproduzidas representam, respectivamente:



- A) SPTURIS, São Paulo Convention & Visitors Bureau, Prefeitura de São Paulo.
B) Anhembi, CONTUR, Prefeitura de São Paulo.
C) COMTUR, SPTURIS, Prefeitura de São Paulo.
D) SPTURIS, Anhembi Turismo, Prefeitura de São Paulo.
20. A SPTURIS é a empresa de turismo e eventos da cidade de São Paulo, promovendo a cidade como a capital dos negócios, do conhecimento e do entretenimento da América Latina. É uma empresa:
- A) semi-estatal, cuja direção é da Prefeitura de São Paulo. Também responsável por todo o complexo Anhembi.
B) de capital fechado, cuja sócia majoritária é a Prefeitura de São Paulo, com 77% das ações. Também é a administradora do Parque Anhembi.
C) de capital aberto, cuja sócia majoritária é a Prefeitura de São Paulo, com 77% das ações. Também é a administradora do Parque Anhembi.
D) semi-estatal, cuja direção é da Prefeitura de São Paulo. Também é a responsável por todo o complexo Anhembi e o Autódromo de Interlagos.

Capital Ecológica Oferece Infra-Estrutura de Primeiro Mundo

Natureza farta e facilidades da vida urbana fazem de Curitiba o destino perfeito para promover e realizar negócios. Curitiba é um dos poucos lugares do país onde natureza e modernidade caminham de mãos dadas. São 55 m² de área verde por habitante, número três vezes maior que o recomendado pela OMC – Organização Mundial de Saúde. Por isso, a cidade ganhou o apelido de Capital Ecológica do Brasil. Com soluções urbanísticas inteligentes, consegue ainda oferecer todo o conforto de uma grande metrópole. A natureza se faz presente em mais de 80 milhões de metros quadrados de verde, concentrados em parques como o Passaúna e o Barigui. O Jardim Botânico abriga cerca de 300 mil espécies da flora brasileira.

Cidade-modelo – Curitiba é conhecida pelos projetos de urbanização inovadores. As estações-tubo, por exemplo, permitem o acesso mais rápido aos ônibus de transporte coletivo, além de oferecer elevadores para deficientes físicos. A Rua 24 Horas é uma via comercial coberta por 32 estruturas metálicas tubulares, que virou ponto turístico pela variedade de produtos e serviços que oferece. Outro destaque é a Universidade Livre do Meio Ambiente, primeira instituição no mundo, criada e mantida pelo município, a disseminar práticas, conhecimentos e experiências relacionadas às questões ambientais. Há ainda outros espaços do gênero, como a Ópera de Arame e o Museu Oscar Niemeyer, ambos projetos arquitetônicos reconhecidos internacionalmente.

As facilidades para os turistas são muitas. Todas as atrações ficam em um raio de 20 quilômetros. O sistema de transporte coletivo é eficiente. Os hotéis contam com 16 mil leitos. Há ainda diversos pontos para a realização de eventos, que oferecem espaços e serviços para qualquer padrão.

Muitas empresas e instituições encontram em Curitiba a localidade perfeita para os negócios. O turismo para esse público foi de 160 mil em 2003, número que cresce a cada ano.

Um grande evento que a cidade vai abrigar no próximo ano é reflexo da própria capital paranaense. A Convenção sobre Diversidade Biológica, em março, deve reunir cerca de 5 mil pessoas, com delegações de 170 países.

Da Redação de Revista dos eventos

21. Curitiba ganhou o apelido de Capital Ecológica:
- A) porque ele lhe foi outorgado pela OMC – Organização Mundial de Saúde.
B) por trabalharem bem com o binômio natureza modernidade.
C) por ter vasta área verde.
D) por ser o destino perfeito para promover e realizar negócios.
22. “Disseminar práticas, conhecimentos e experiências” é o mesmo que:
- A) destruir usos e saberes.
B) adquirir usos e saberes.
C) difundir usos e saberes .
D) organizar usos e saberes.
23. A palavra sublinhada no penúltimo parágrafo refere-se:
- A) ao público ligado à ecologia.
B) ao público em geral.
C) ao público-alvo.
D) ao público ligado aos negócios.

24. Assinale a alternativa em que a palavra está grafada incorretamente:

- A) desabastecimento.
- B) casario.
- C) ecossistema.
- D) textual.

25. A alternativa em que a palavra está acentuada incorretamente é:

- A) alcatéia.
- B) réplica.
- C) anomalia.
- D) êmbolo.

26. Leia com atenção as orações abaixo.

1. Vim aqui afim de falar com você.
2. Falaram a cerca do problema da violência no Brasil.
3. Dormiu, mau se deitou na cama.
4. Porquê será que o experimento não deu certo?

As expressões grifadas estão incorretas:

- A) nenhuma das orações.
- B) em todas as orações.
- C) nas orações 1 e 3, apenas.
- D) nas orações 2 e 4, apenas.

27. As sílabas estão incorretamente separadas em.

- A) psi-cos-so-má-ti-co.
- B) as-som-bra-do.
- C) ad-mi-nis-tra-ti-vo.
- D) di-sp-néi-a.

28. Assinale a alternativa incorreta, em relação ao termo sublinhado.

- A) Você não me explicou o porquê.
- B) Você fez isso por quê?
- C) É preciso saber o porquê em relação a esse assunto
- D) Por que o aparelho de som é barato, eu comprei.

29. Assinale a alternativa em que o termo sublinhado está incorreto.

- A) Estacionou sua moto a duas quadras daqui.
- B) Dei a ela a oportunidade de se regenerar.
- C) Ela chegou do Japão a duas horas.
- D) Nós fomos à igreja domingo de manhã.

30. Assinale a alternativa em que não ocorre a voz ativa.

- A) Cortou-se com a tesoura, ao costurar a camisa.
- B) Os exércitos, durante a batalha, derrotaram os inimigos.
- C) O cachorro foi até a vasilha e com eu a ração.
- D) Os ovos comprados não eram frescos.

31. O responsável por um evento ao analisar os custos da operação recebeu uma lista de determinados produtos, com o seguinte:

Quantidade	Valor Unitário (R\$)
2	1,20
5	25,00
7	3,60
8	2,40
1	50,00

Então o valor de custo dessa lista é:

- A) R\$ 82,20.
B) R\$ 221,80.
C) R\$ 180,50.
D) R\$ 300,00.
32. Um teatro representado em uma planta com escala 1:80 mostrava um auditório retangular com 6 cm de comprimento por 5 cm de largura. As dimensões reais desse auditório são:
- A) 6 m de comprimento por 5 m de largura.
B) 13,2 m de comprimento por 16 m de largura.
C) 4,80 m de comprimento por 4 m de largura.
D) 10 m de comprimento por 5 m de largura.
33. Em um terreno com 8.000 m² foram reservados 23% para um galpão e 12,5% do restante para uma piscina. A área livre desse terreno é:
- A) 5.160 m².
B) 2.610 m².
C) 5.000 m².
D) 5.390 m².
34. Ao comprar certo produto a juros simples, José pagou R\$ 600,00 pelo produto e R\$ 450,00 de juros em 2 anos. A taxa de juros mensal fixada foi de:
- A) 2,75%.
B) 4,025%.
C) 3,075%.
D) 3,125%.
35. Ao lançar-se 2 dados não viciados, a probabilidade de obtermos, com as faces voltadas para cima, uma soma exatamente igual a 7 é:
- A) $\frac{1}{6}$.
B) $\frac{3}{4}$.
C) $\frac{1}{2}$.
D) $\frac{1}{3}$.

As questões de informática foram elaboradas baseadas na Ajuda dos respectivos aplicativos, versão 2000.

36. A Caixa de diálogo Salvar como do Word disponibiliza ferramentas para que você possa configurar como quer que seu documento seja salvo. Sobre a AutoRecuperação de documentos, é incorreto afirmar que:
- A) esse recurso permite criar automaticamente um arquivo de recuperação de documento no intervalo que você inserir na caixa Minuto(s) (1 a 120).
B) a AutoRecuperação substitui completamente o comando Salvar como, dispensando a necessidade de salvar o documento novamente.
C) se seu computador ficar travado (parar de responder) ou se faltar energia inesperadamente, o Word abrirá o arquivo de AutoRecuperação na próxima vez em que você iniciá-lo.
D) o arquivo de AutoRecuperação pode conter informações não salvas que, de outra forma, seriam perdidas do documento original. Se o documento original tiver sido danificado, você poderá recuperar informações do arquivo de AutoRecuperação.

37. Os botões da figura abaixo fazem parte da barra de ferramentas do Microsoft Graph que pode ser acessado pelo Word. O botão número 1 exibe:

- A) a Tabela de dados.
- B) as Linhas de grade do eixo de categorias.
- C) a Folha de dados.
- D) as Linhas de grade do eixo de valores.

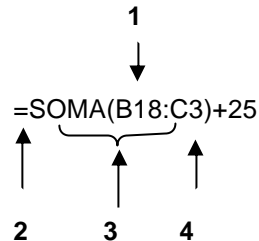


38. Preencha os parênteses com os números que indicam os respectivos argumentos da fórmula do Excel abaixo.

- () referência de intervalo.
- () nome da função.
- () constante numérica.
- () referência da célula.

A seqüência de preenchimento correta é:

- A) 4 – 2 – 1 – 3.
- B) 3 – 1 – 2 – 4.
- C) 2 – 4 – 1 – 3.
- D) 3 – 2 – 4 – 1.



39. Sobre uma apresentação auto-executável do PowerPoint, podemos afirmar:

- 1) esse tipo de apresentação é reiniciada assim que termina e quando fica ociosa por mais de cinco minutos, exige reinício manual.
- 2) pode-se configurar para que ela seja executada automaticamente em uma cabine ou quiosque em uma feira ou convenção.
- 3) possibilita tornar inacessível a maioria dos controles para que os usuários não possam fazer alterações na apresentação.

Está correto o que se afirma em:

- A) 1 e 3, apenas.
- B) 1 e 2, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

40. Para criar uma conta de correio eletrônico POP3, os procedimentos iniciais são, na seqüência:

- 1. clique no menu _____,
- 2. clique em _____.

Completam corretamente os claros:

- A) Ferramentas – contas.
- B) Ações – e-mail.
- C) Exibir – mensagens.
- D) Editar – e-mail.